



**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

**SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR**  
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE SAÚDE, PROMOÇÃO SOCIAL, TRABALHO E MULHER

**PRESIDENTE: ANDRÉ SANTOS**

5ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PL 127/2023

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 10-05-2023

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Suspensão
- Intervenção, expressão ou palavra ininteligível/inaudível
- Falha na transmissão

**O SR. PRESIDENTE (André Santos)** – Presentes, tanto aqui de forma presencial como virtual. Esta é a 8ª audiência pública da Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher, de 2023.

Estão presentes os Vereadores André Santos e George Hato.

Na qualidade de Presidente da Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher, declaro abertos os trabalhos da 8ª Audiência Pública, do ano de 2023, convocada para hoje, dia 10 de maio, tendo como pauta o PL 127/2023, do Executivo, Prefeito Ricardo Nunes, que dispõe sobre a revisão intermediária do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, aprovado pela Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014, nos termos da previsão de seu art. 4º.

Informo que esta audiência pública está sendo transmitida pelo portal e pelo canal do YouTube da Câmara Municipal de São Paulo.

As inscrições para participação na audiência pública estão abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo desde 05/05/2023. Cada inscrito terá até três minutos para se manifestar.

A realização desta audiência pública vem sendo informada no *Diário Oficial da Cidade de São Paulo* desde 5 de maio e também foi publicada em jornais de grande circulação no dia 9 de maio.

Haverá inscrição para o público presente. Cada orador terá três minutos para se manifestar.

Foram convidadas para participar desta audiência a Secretaria Municipal de Saúde e a Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento.

Peço a todos os membros e participantes que desliguem o microfone quando não estiverem fazendo uso da palavra. Ressalto a importância de haver manifestação apenas quando for cedida a palavra.

Antes de eu passar a Presidência para o Vereador George Hato, por acordo entre os membros da Comissão, quero lembrar que esta Comissão já realizou quatro audiências. Esta é a quinta. Na primeira audiência pública, realizada no bairro do Tatuapé, nós discutimos as demandas ligadas à saúde e bem-estar que ali foram levantadas. A outra audiência pública foi

em Parelheiros, ocasião em que foram cobradas ações de regularização fundiária na região. Na terceira audiência, o destaque foi um debate sobre UBSs e hospitais. Na última audiência que tivemos, falamos sobre a reestruturação de unidades de saúde e reajuste da tabela SUS.

Passo agora a Presidência da presente audiência ao Vereador George Hato.

- Assume a presidência o Sr. George Hato.

**O SR. PRESIDENTE (George Hato) – Bom dia a todos.**

Primeiro quero agradecer a Deus por estar hoje com vocês, presidindo esta importante audiência pública que trata do Projeto de Lei 127/2023, do Prefeito Ricardo Nunes, que dispõe sobre a revisão intermediária do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, aprovado pela Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014, nos termos da previsão de seu art. 4º.

Quero dizer que a revisão do Plano Diretor é um grande desafio para todos nós, Vereadores da cidade de São Paulo, assim como para os demais cidadãos que buscam uma cidade mais sustentável e com melhor qualidade de vida.

É um projeto muito importante para nortear o planejamento do crescimento da cidade nos próximos 10 anos. Ao todo serão cerca de 48 audiências públicas. Já realizamos audiências no Tatuapé, em Parelheiros, relacionadas com a Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, e com a Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa. Houve audiência em Brasilândia e em vários outros distritos no norte, sul, leste e oeste da cidade de São Paulo. Houve audiência nos finais de semana em vários horários, tanto pela manhã quanto à tarde e à noite, e realizadas também de forma *on-line*.

Todos tiveram oportunidade, e continuarão tendo, para contribuir com suas sugestões. Sou o relator desse projeto na Comissão de Saúde. Destaco algumas sugestões que tivemos durante as audiências públicas, que passo a citar.

Equipamentos de saúde 24 horas, o que é importante. Foi falado na Penha e em outras regiões que é necessário haver acessibilidade 24 horas aos equipamentos de saúde. Temos que reformar essas unidades de saúde: ter portas maiores, plataformas elevatórias. Alguns prédios antigos precisam, muitas vezes, mudar de endereço, de local. De qualquer forma

temos de estar atentos a essa questão de acessibilidade nos equipamentos de saúde.

Também precisamos de mais concursos públicos. As pessoas estão se aposentando, e o problema passar a ser a falta de pessoas para desempenhar funções. Por exemplo, a fiscalização na gestão das OSs. Essa questão, inclusive, foi tratada na reunião desta Comissão com o Presidente Eduardo Turma, no Tribunal de Contas.

Vamos estar atentos à questão da prevenção. Foi falado na reunião do Tatuapé sobre o polo gerador de risco em relação aos hidrantes, questão que é dos bombeiros.

Regularização fundiária entra também na parte de saneamento básico, canalização de córregos, tratamento de esgotos. Vale lembrar que 100% da água de São Paulo é potável. Graças a Deus nós temos esse avanço e 70% dos esgotos são adequados e 30% precisam evoluir muito, ainda. Não é tratado nem coletado.

Mobilidade urbana. É bom lembrar a média de deslocamentos do trabalhador, do trabalho para casa e de casa para o trabalho: 140 minutos. A população está ficando doente devido esse grande deslocamento para o trabalho. A média é de 140 minutos, mas tem gente que leva três horas para se deslocar. Lembro que transporte público desloca, da zona Leste para o Centro da cidade de São Paulo, o equivalente à população do Uruguai. Há um desgaste físico e mental que temos de estar atentos.

Falou-se bastante também sobre hortas urbanas – é importante avançar nessa questão –, atenção à saúde da mulher, saúde do idoso – a população está ficando mais velha –, a questão dos indígenas, as zonas de interesses sociais – com terrenos e prédios que poderiam ser utilizados para servir a população, abrigar equipamento de saúde, e cito o programa “Descomplique-se” que foi lançado no Ipiranga –, desburocratização, segurança alimentar e tantos outros assuntos.

Quero anunciar a presença do Vereador Hélio Rodrigues.

Tem alguém que gostaria de se inscrever? (Pausa)

**O SR. ANDRÉ SANTOS** – Pela ordem, Presidente. Enquanto se organiza a participação *on-line*, peço, primeiro, para esclarecer às pessoas que acompanham esta

audiência pública – ao mesmo tempo, quero agradecê-lo por se prontificar para ser o sub-relator da nossa Comissão - que está sob a responsabilidade do Vereador George Hato recolher todas as contribuições das pessoas que participaram das audiências públicas anteriores e compilá-las num relatório único que será enviado ao relator, Vereador Rodrigo Goulart, para juntar-se às demais reivindicações das pessoas que têm participado das audiências públicas.

É muito importante que a população entenda que ela pode, de fato, sim, mudar a situação da sua região, mudar muita coisa aqui na nossa cidade, mas ela não vai fazer isso se ela se calar, se ela não falar. É preciso que ela fale. É preciso que ela coloque os principais pontos das coisas que estão ocorrendo. Por exemplo, na semana passada nós falávamos sobre a importância de as unidades de saúde estarem mais próximas daquelas pessoas dentro da sua própria região, porque às vezes a pessoa passa mal e o deslocamento da residência dela até o local que tem uma unidade de saúde pode ser fatal – a questão do tempo é muito importante.

Teve gente aqui falando acerca disso, inclusive explicando sobre uma situação pontual lá na região da Penha. Para quem não sabe, nós, quando ouvimos essa pessoa falar sobre isso, logo começamos a conversar entre nós, destacando essa questão.

O senhor falou da questão dos idosos. Olha a dificuldade que um idoso tem para se deslocar de sua residência para outro bairro para ser atendido. Então, hoje nós temos uma necessidade enorme de observar essas questões e trabalhar para que tenhamos mais unidades de saúde em nossas regiões.

**O SR. PRESIDENTE (George Hato)** – Aproveitando, Presidente, essa questão de equipamentos de saúde, digo que nos últimos dois anos da gestão do Prefeito Ricardo Nunes foram construídos 10 novos hospitais para a população. De janeiro de 2018 a 2022 foram realizadas mais de 500 reformas de equipamentos de saúde: 45 construções, 107 reequipagens, um aumento de 600% na atenção primária do município. Temos também um grande investimento do BID, recursos que nós temos que direcionar para as unidades de saúde, trabalhar nessa questão da prevenção.

Em 2016, nós tínhamos três UPAs em São Paulo e hoje estamos com 20 UPAs.

Eram 451 UBSs na cidade de São Paulo e hoje estamos com 470 UBSs. Hospitais: eram 20 e aumentou mais 10, agora são 30. Na rede municipal de saúde, Presidente, nós temos hoje 1.027 equipamentos distribuídos em todas as regiões da cidade. São 470 UBSs, 30 hospitais municipais, 9 AMAS 12 horas, 13 AMAS 24 horas, 14 AMAS especialidades, 17 hospitais-dia, 14 ambulatórios de especialidades, 12 prontos-socorros e prontos-atendimentos, 23 UPAs, 48 serviços de atenção domiciliar, 13 unidades de referência de saúde do idoso, seis centros de referência de saúde do trabalhador, seis equipamentos de práticas integrativas e complementares em saúde, sete unidades de apoio ao diagnóstico e terapia, quatro outros estabelecimentos especializados, 216 equipamentos de saúde mental, 27 equipamentos de infecções sexualmente transmissíveis, 36 equipamentos de saúde bucal, 32 de reabilitação e 30 de vigilância em saúde, entre outros. E também temos a rede Sampa Trans, voltada à população transexual.

**O SR. ANDRÉ SANTOS** – Enquanto a assessoria vai dando essa explicação, lembro que o PDE já prevê a elaboração de plano setoriais, abrangendo atendimento especializado em saúde. Então é importante que as pessoas também tomem conhecimento com respeito a isso.

**O SR. PRESIDENTE (George Hato)** – Vamos suspender a reunião por dois minutos para solucionar problemas técnicos.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. George Hato.

**O SR. PRESIDENTE (George Hato)** – Reabertos os trabalhos.

Há uma inscrita, Dra. Sonia Raquel.

**A SRA. SONIA RAQUEL** – Estou presente.

**O SR. PRESIDENTE (George Hato)** – Obrigado pela presença. Tem a palavra por três minutos.

**A SRA. SONIA RAQUEL WIPPICH COELHO DE MAGALHÃES LEAL** – Bom dia a todos. Desculpem estar sem câmera. Sou assessora, da área técnica da Saúde da Mulher. A Sra. Giselle Cacherik é a Coordenadora da Atenção Básica.

A Saúde da Mulher está atuando também na atenção hospitalar, e primordialmente

na atenção básica. Temos atuado em três frentes principais. A primeira, do cuidado da gestante, do ciclo gravídico puerperal, desde sua captação até o retorno, após o parto, na consulta de puerpério, e as consultas subsequentes. A próxima frente de trabalho é a da prevenção do câncer de mama e do câncer de colo uterino. A última, muito importante, é a do planejamento reprodutivo.

Temos algumas metas: redução da mortalidade materna, a redução ... (falha na transmissão) ... à criança pequena e também a redução da gravidez na adolescência. Então, na frente do planejamento reprodutivo, temos incentivado os métodos assim chamados de longa ação, como a inserção do DIU, do implante e do DIU medicado. Todas as UBS têm seus profissionais, tanto ginecologistas quanto médicos da saúde da família, treinados periodicamente. É um treinamento contínuo, e nunca suspendemos esses treinamentos. A inserção do DIU tem aumentado muito nessa Administração – já vinha aumentando antes, mas tem aumentado muito –, assim como o implante. Nós inserimos 10 mil DIUs em 2022, e 22 mil implantes, com os projetos prioritários, em pacientes vulneráveis, ou seja, adolescentes, transgêneros.

Todos os médicos, toda a equipe de saúde que compõe a unidade básica de saúde, que compõe a equipe de saúde, têm conhecimento: o médico generalista, o ginecologista, o enfermeiro. Agora vamos fazer uma capacitação voltada principalmente para o agente comunitário de saúde referente a esses três temas. E ficamos à disposição desta digna Mesa para qualquer encaminhamento que se fizer necessário.

Ainda em relação ao atendimento das pacientes com necessidades especiais, com deficiência, nós temos 112 macas automáticas instaladas nas unidades. O projeto prioritário denominado “Território Inclusivo” prioriza esse atendimento nas unidades uma vez por mês. Então, essas pacientes recebem atendimento não só ginecológico, mas também voltado a todas as necessidades, passando pela vacinação e outras, tanto desse público como também de suas cuidadoras.

Nesses dois anos tivemos o “Avança Saúde”. E, dentro do “Avança Saúde”, o

“Avança Saúde Mulher”, com abertura das unidades aos sábados, para que gestantes que tiverem necessidades de concluir os seus exames, vacinação ou qualquer outra consulta, tanto de enfermeiro quanto de médico, possam atualizá-los. A coleta de Papanicolau, que é o exame básico de prevenção contra o câncer do colo do útero, também tem sido priorizada.

Houve 50 mil atendimentos no penúltimo “Avança Saúde”, e vamos continuar com essas ações, tanto no horário normal das unidades como também aos sábados.

Então, mais uma vez, reitero e agradeço a oportunidade. Estamos aqui acompanhando e à disposição para qualquer necessidade.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (George Hato)** – Muito obrigado, Dra. Sonia Raquel, por sua contribuição.

Tem a palavra a Sra. Ana Paula Orlando, da Secretaria de Saúde.

**A SRA. ANA PAULA ORLANDO** – Bom dia a todos.

Agradeço o convite e peço desculpas. Estava com um problema no áudio. Eu acho que a Sonia já conseguiu colocar para vocês todas as ações que a Secretaria tem desenvolvido na área da saúde da mulher, tanto no caso das gestantes como no caso da mulher adulta ou adolescente, e o que está sendo oferecido em relação à assistência não só preventiva e promoção, mas também em relação aos agravos.

Principalmente o que destacamos é o “Avança”, que depois da pandemia utilizou como estratégia, para poder restabelecer o atendimento a todas essas pessoas que ficaram sem atendimento para que pudessem, na verdade, realizar os exames que ficaram pendentes ou fazer o acompanhamento de suas doenças crônicas ou não, como monitoramento da saúde da mulher e os exames de rastreamento.

Então, a estratégia foi isso, fazer o “Avança Saúde”. Foram quatro durante o ano, cada um com um tema, e na verdade para facilitar entendimento da população quanto à abertura dessas unidades aos sábados, para que as pessoas pudessem retornar para a unidade e para que a unidade pudesse retomar, de fato, a realização desse atendimento depois da pandemia.

Temos conseguido restabelecer esse contato e o número de atendimentos do “Avança Saúde” da mulher, como a Sonia já falou. Isso mostra que ele foi bem significativo.

Há também a questão do atendimento das mulheres em situação de risco. Agora estamos incentivando mais as unidades a fazer o atendimento da violência à mulher. Então, nós temos os núcleos de violência nas unidades, para que se treinem todos os profissionais e que as unidades capacitem e façam a sensibilização em relação à violência, de forma a identificar mulheres que possam ter sofrido ou estejam em situação de violência, a fim de que desenvolvamos essa assistência também às mulheres com deficiência e seus cuidadores principalmente, porque nós também temos essa questão. As cuidadoras geralmente têm um tempo muito limitado para cuidar de si. Então, esse território inclusivo é de fundamental importância para que essas mulheres possam também se cuidar, sendo cuidadores, porque sabemos não ser essa uma tarefa fácil.

Essas estratégias são de extrema importância e vão continuar. A intenção é conseguir ampliar cada vez mais esses atendimentos e oferecer essa assistência a essas mulheres.

Estamos à disposição aqui para qualquer dúvida.

**O SR. PRESIDENTE (George Hato)** – Muito obrigado, Ana Paula Orlando, assessora técnica da Coordenação de Atenção Básica da Secretaria Municipal de Saúde.

Tem a palavra a Sra. Solange Mendes, conselheira gestora da UBS Vila das Mercês.

**A SRA. SOLANGE MENDES** – Bom dia.

Obrigada pela oportunidade.

O senhor fez vários destaques das diversas reuniões, assuntos de suma importância da Saúde. Sou profissional da Saúde há 40 anos, inicialmente no setor privado, e com mais de dez anos para cá no serviço público, e digo: que bom que tenhamos esses espaços para falar da tabela SUS, de quanto é importante esse repasse.

O senhor vai consolidar os relatórios, mas não sei se já houve falas anteriores a respeito da importância de se democratizar o CROS. Hoje não temos informação quando um

paciente precisa de atendimento especializado. Essa unidade, ou a UBS, ou a UPA, ou o Pronto Socorro, entra com o pedido e tem uma central de regulação, onde os profissionais, médicos da Saúde, vão olhar o problema – até mesmo a gravidade, assim espero como profissional da Saúde – e então fazer os diversos encaminhamentos. Profissionais da Saúde do próprio local e população não têm essas informações, principalmente quando se trata de cirurgia, oncologia, material de órtese e prótese.

Entendo que muitos avanços já aconteceram, mas precisamos avançar mais e democratizar. E democratizar também é integrar essas informações. Por que não a população saber? Estou com pacientes de quem presto informações, como Conselheira Gestora, como Assistente Especializada em Álcool e Drogas. Sei que a maior angústia de um paciente, e de sua família, é saber que ele tem um resultado positivo para câncer; mas esse paciente está no CROS e nós não temos nenhuma informação. Precisamos, claramente, nesse relatório, Sr. Vereador Hato, ter uma pauta muito importante a respeito disso.

Essa é minha fala e meu pedido. Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (George Hato)** – Muito obrigado, Solange Mendes, que é Conselheira Gestora da UBS Vila das Mercês.

Quero dizer que a Tabela SUS, e sua revisão, é uma questão federal, mas nós, Vereadores, e também a população de São Paulo, precisamos ficar falando sobre esse tema para pressionar nossos deputados e senadores a colocar em pauta a questão da Tabela SUS, que não é atualizada há muito tempo e está, na verdade, bem defasada.

Nós levamos tantos projetos à Secretaria da Saúde, de pessoas e entidades boas, querendo melhorar o sistema de saúde, com serviços, só que não anda exatamente por causa da Tabela SUS, que é, hoje, um dos grandes empecilhos dos avanços da saúde de São Paulo, e do Brasil.

Queria chamar, agora, mais um inscrito: Denílson Martini Garson da Silva.

**O SR. DENÍLSON MARTINI GARSON DA SILVA** – Bom dia a todos.

Quero solicitar uma alteração do zoneamento na quadra onde me encontro hoje. Fica

próxima do complexo de hospitais da Vila Clementino, em Moema: Sancta Maggiore, AACD, Hospital Oftalmológico, Hospital Ruben Berta, Hospital Único. Ali estão localizados vários hospitais e vários prédios com gabaritos altíssimos, e o meu imóvel ficou prejudicado por essas construções.

Por isso, venho aqui não para reivindicar que seja feita uma alteração nos imóveis que já existem, porque seria uma incoerência minha, pois sei que é uma área da saúde importantíssima, mas venho apenas solicitar que eu seja enquadrado também nessa possibilidade de construção do entorno.

Então, minha solicitação é apenas essa, por ora. Gostaria de deixar aqui registrada minha indignação e também protocolar, junto à Mesa, esse meu pedido.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (George Hato)** – Muito obrigado, Denílson Martini. Realmente essa é uma região onde há muitos hospitais. Acho que a maioria dos hospitais estão nessa região, o Hospital São Paulo, a Cruz Vermelha, do outro lado da 23 de Maio, o Sancta Maggiore.

- Falas simultâneas no ambiente virtual.

**O SR. PRESIDENTE (George Hato)** – Enfim, tem o Hospital Paulista de Oftalmologia, de Otorrino. Há vários equipamentos de saúde nessa região.

Acho que não tem mais inscritos.

Quero deixar registrada também uma sugestão para a revisão do Plano Diretor: avançar em políticas públicas de combate ao sedentarismo. O Brasil hoje é o país mais sedentário da América do Sul, e o quinto no levantamento global de sedentarismo.

Uma pesquisa do IBGE mostrou que 47% da população brasileira é sedentária e, entre os jovens, esse índice chega a 84%. Segundo a OMS, dos 194 países analisados, menos da metade possui políticas públicas concretas para o combate ao sedentarismo, que seria avançar nos equipamentos esportivos nas regiões, fazer programas de conscientização, de educação nas escolas. Dentre aqueles países onde há algum tipo de política pública de combate ao sedentarismo, menos de 40% apresentam efetividade nas ações de incentivo as atividades

físicas. Quer dizer, temos que avançar muito nesse debate para fazermos uma política pública eficaz.

No mundo, até 2023, deverão ser 500 milhões de pessoas com a saúde afetada em decorrência do sedentarismo. A cada um real investido em atividade física economizamos quatro reais em saúde. Alguns falam que é 10, outros falam que é sete, mas de qualquer forma é bom para todo mundo.

O SUS gasta quase 3.5 bilhões por ano com doenças que poderiam ser evitadas com atividades físicas. E há uma previsão de que, em 10 anos, esse número seja 10 vezes maior.

No meu primeiro mandato na Câmara fizemos um projeto de lei que institui e define diretrizes para um programa em que estamos insistindo ainda com resiliência, que é o programa de promoção, proteção e educação em saúde no município de São Paulo. Vai-se juntar todas as Secretarias – da Saúde, de Esporte, do Verde, as Subprefeituras – e integrar todos os equipamentos públicos: esportivos, escolas, praças, parques. Haverá até um programa para orientar os usuários desses equipamentos esportivos quanto a higiene corporal, saúde bucal, hábitos saudáveis de alimentação e nutrição adequada, comportamento postural e práticas corporais, hábitos saudáveis de comportamento mental e social, informações e instruções relativas ao acometimento de doenças por faixa etária, incentivo a prática regularidade física segura. É uma equipe multidisciplinar com médico, educador físico, nutricionista, auxiliar administrativo. Enfim, é um projeto em que estamos trabalhando na Secretaria da Saúde e que já está quase pronto. Espero que dê certo.

Esta é a minha contribuição para incentivar uma política pública de combate ao sedentarismo. A cidade precisa ter mais equipamentos esportivos de qualidade. Não adianta reformar uma praça e fazer a praça toda feia, toda esburacada.

Vamos ver Nova York. Ali, para diminuir a criminalidade, o prefeito construiu várias quadras de basquete. Isso realmente diminuiu a criminalidade e a violência. Quanto mais violência, mais vai ter gasto na saúde pública.

Estamos inaugurando agora em um *half-pipe*, o primeiro *half-pipe* público de São Paulo, no Tietê, zona Norte. Por que não fazer um equipamento de qualidade como esse, de alto nível, na zona Sul, na zona Leste, na zona Oeste, no Centro da cidade?

Esta é a nossa bandeira: trabalhar o esporte como prevenção, não só prevenção de doenças como obesidade, diabetes, problemas cardiovasculares, câncer, problemas mentais, mas também como prevenção das crianças, de encaminhar as crianças para um futuro melhor. É uma questão social. Fica a minha contribuição.

Vamos fazer o relatório. Já teve muita contribuição.

Tem alguém mais para falar? (Pausa) Não havendo, vou encerrar a sessão.

Nada mais havendo a tratar, estão encerrados os nossos trabalhos.

Muito obrigado.